Revista Espaço Acadêmico - Nº 121 - Junho de 2011
Mensal - ANO XI - ISSN 1519-6186

História e Retórica: propostas para análise documental

José Petrúcio Farias Júnior*

Resumo

Pretendemos, com esse artigo, apresentar sucintamente os diálogos e duelos que tangenciaram as duas disciplinas a partir do final século XIX. Objetivamos, diante disso, delinear as tendências investigativas que possibilitaram a análise retórica de fontes históricas e propor novas perspectivas para análise documental no campo da História. Com isso, esperamos contribuir para o futuro aprofundamento das discussões acadêmicas que se remetem à aproximação entre Histórica e Retórica.

Palavras-chave: análise retórica, *ethos* político, historiografia.

Abstract

We intend, with this article, present succinctly the dialogues and battles that marked the two disciplines from the late nineteenth century. We aim, at that, outline the investigative trends that allowed the rhetorical analysis of historical sources and to propose new prospects for document analysis in the field of History. With this we hope to contribute to the further development of future academic discussions that relate to building bridges between Rhetoric and History.

Key words: rhetorical analysis, political *ethos,* historiography.

* **JOSÉ PETRÚCIO FARIAS JÚNIOR** é Doutorando em História pela UNESP/Franca e Freie Universität/Berlim.

Iniciamos nossa reflexão por meio da decisão governamental que, a nosso ver, reflete as discussões acadêmicas do século XIX, as quais nos auxiliarão a compreender os desdobramentos desse debate no transcorrer do século XX. Tomamos como ponto de partida a reforma na política educacional francesa no final do século XIX, mais precisamente em 1885, sob a administração do ex-ministro da instrução pública e presidente do conselho, Jules Ferry (1832-1893), responsável pelo afastamento da Retórica nas escolas públicas o que se concretizou em 1902. Para o pesquisador Antony Hostein (2002, p.223), a exclusão da Retórica do conjunto de disciplinas do antigo ensino secundário francês implica uma tendência geral que envolve grande parte dos estudiosos europeus da segunda metade do século XIX adeptos do pensamento positivista, cujo idealizador foi Augusto Comte (1785-1857) .

Em geral, os ataques dirigidos à Retórica, sob a égide do positivismo, se constituíam em nome de um ideal de transparência, que defende a correspondência entre realidade e discurso, no interior da qual as fontes históricas são concebidas como reveladoras da concretude dos fatos. Nesse sentido, as pesquisas científicas são caracterizadas, essencialmente, pela objetividade, o que pressupõe o não envolvimento do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível, e pela neutralidade axiológica, que compreende o sujeito-pesquisador como um ser imune a inclinações subjetivas ou a influências sócio-culturais (JAPIASSU, 1981, p.63-9). Em linhas gerais, os adeptos do positivismo estavam inclinados à busca de evidências como fundamento da verdade, manifestada pelo conhecimento científico.

Diante desse paradigma científico, a Retórica se converte em alvo de críticas incisivas, porquanto muitos estudiosos a ideavam como um arte comprometida com a ilusão, com o engano, isto é, desprovida de toda preocupação de verdade e de valores morais, sustentados por grande parte dos membros das elites europeias no século XIX. Segundo o estudioso Laurent Pernot (2002, p.282), ela também suscitava desdém, pois a esterilidade das listas de figuras de estilo e de lugares comuns tinha atribuído a ela uma reputação de pobreza intelectual, de esclerose e de dogmatismo.

Além da influência dos pressupostos da corrente positivista, os quais obtiveram ampla repercussão entre as ciências humanas no século XIX, o afastamento da Retórica também pode ser explicado a partir da organização política dos países europeus, particularmente na primeira metade do século XX, os quais apresentaram regimes políticos pouco democráticos. Neste cenário, a capacidade de argumentar e persuadir perde a sua utilidade em razão da imposição de ideias pela força, traço marcante dos regimes totalitaristas europeus em processo de fortalecimento nesse período.

No entanto, a exclusão da Retórica, no ensino secundário, não impediu as tímidas pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Os estudos retóricos do século XIX e da primeira metade do século XX restringiram-se, predominantemente, a considerações estilísticas, no interior das quais a análise de figuras de linguagem se destaca. A pesquisadora Helena Cichocka advoga, ao observar os estudos retóricos sobre a cultura bizantina em pesquisadores russos e poloneses, que tal tendência pode ter se

disseminado na Europa ocidental em razão da influência dos formalistas russos e, em seguida, dos estruturalistas tchecos.

A fim de que fossem mais bem aceitos, tais estudos, muitas vezes, abandonaram o rótulo de Retórica e adotaram o termo *Eloquência* ou *Poética*, muito comum, em particular, nos institutos de pesquisa sobre retórica bizantina na Europa central e oriental no período em questão (CICHOCKA, 1993, p.46). Denominados dessa maneira, os estudos sobre eloquência ou poética incorporavam uma designação menos pejorativa. Ainda assim, havia a valorização da retórica aristotélica e platônica com ênfase na dialética, em detrimento da retórica sofística, considerada exibicionista. Dessa forma, os filósofos e historiadores, sob a ótica da história da filosofia ocidental, neste período, continuaram a estigmatizar os sofistas, categorizados normalmente como mestres falaciosos, criadores de raciocínios falsos com aparência de verdade – sofismas. Desta má fama só se libertarão em meados do século XX (LOPES, 2005, p. 04).

No campo da História, salientamos a influência de historiadores da escola metódica, cujos principais representantes foram: Ernest Lavisse (1842-1922), Gabriel Monod (1842-1922) e Charles Seignobos (1854-1942), os quais se responsabilizaram pela criação e legitimação de uma ciência histórica, comprometida com o paradigma científico hegemônico nesse momento histórico, o qual se apoiava nas diretrizes das ciências exatas.

A tendência de tais historiadores contribuiu para a desvalorização dos estudos retóricos, porquanto seus postos-chave, nas instituições científicas e universitárias, encaminhavam-se, em geral, à manutenção do regime político por meio de um discurso que pudesse domesticar o passado para atender aos interesses político-culturais do presente. Diante disso, coube à História, o estigma de científica, em razão do rigor metodológico, por ser profunda, substancial e, principalmente, envolvida com o processo de fundamentação das nações e; à Retórica, a acusação de seu caráter abstrato, artificial, formalista, individualista e elitista (HOSTEIN, 2002, p.225).

A ampliação do campo da História pelo envolvimento de disciplinas auxiliares, proposta pelos historiadores da escola dos *Annales*, na primeira metade do século XX, mostra-se enganosa quando a relacionamos aos estudos retóricos, uma vez que tal ampliação se inclinou à aproximação entre História e Linguística. Quanto aos estudos retóricos, historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch e Ferdinand Braudel continuavam a qualificar certas fontes históricas de retóricas, reduzindo-as a seu viés estritamente formalista. Com essa abordagem a Escola Francesa contribuiu, mais uma vez, para a marginalização da retórica no campo da História.

Na Alemanha, estudiosos como Eduard Norden (1898) e Hans Von Armim (1898), entre outros, também perpetuaram a tendência formalista de análise retórica; nos Estados Unidos, Charles Baldwin (1924) e, na Itália, Carlo Michestaedter (1913). Segundo Hostein (2002, p.227), o principal mérito desses pesquisadores se relaciona à perpetuação de pesquisas sobre retórica, a qual possibilitará a renovação dessas investigações a partir da segunda metade do século XX, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, momento em que se intensificou o questionamento acerca da natureza do conhecimento histórico.

De acordo com a doutora em Ciências Sociais da Universitat Rovira i Virgili, Arantxa Capdevilla Gómez, alguns fatores sócio-político-culturais do pós Segunda-Guerra podem ter contribuído para a renovação dos estudos históricos e sua aproximação com a retórica. Entre eles, a pesquisadora acentua o fortalecimento da epistemologia e da teoria do conhecimento, como disciplinas acadêmicas, ambas ramificações da Filosofia, o que contribuiu para a crítica do paradigma de ciência até então dominante, por meio do qual a neutralidade axiológica e a objetividade representavam as tônicas do discurso científico (2005, p.17).

Para a pesquisadora, essas ramificações da filosofia se fortaleceram com a publicação de *A estrutura das revoluções científicas* (1962) por Thomas Kuhn, através da qual o filósofo marca uma nova tendência em que o desenvolvimento da ciência e suas investigações não se reduzem à observação empírica ou a descobertas positivas. A verdade e a falsidade da ciência passam a ser resultado do consenso da comunidade científica em determinado momento histórico, isto é, trata-se de concepções autorizadas e aceitas por um grupo de intelectuais que agenciam normas e parâmetros à pesquisa acadêmica. Destacou-se, com mais ênfase, no meio acadêmico, a efemeridade das verdades científicas. Dito de outra forma, as afirmações científicas passam a ser observadas sob a ótica de um grupo de estudiosos, no interior de um paradigma, instável e dinâmico, posto que histórico.

Em outros termos, a partir da segunda metade do século XX, os pesquisadores, em geral, estavam mais convencidos de que todas as verdades são relativas. Essa proposição resulta diretamente da crescente crença de que todo conhecimento, inclusive o chamado conhecimento científico, está subordinado a um paradigma. Dessa forma, mesmo um fato histórico considerado evidente o é dentro de um paradigma, mas não seria em outro. Para o estudioso Peter Munz (1990, p.129) Kuhn via o mundo do conhecimento como constituído por tendências; cada uma, governada por um paradigma diferente. Munz declara que foi justamente esse relativismo que possibilitou a ascensão dos estudos retóricos, visto que representou uma forma alternativa ao positivismo científico e à concepção de linguagem sustentada por ele (1990, p.123).

Isso se justifica, para ele, pelo fato de que, em um paradigma positivista, caracterizado pelas concepções de verdade, neutralidade e objetividade, apregoadas ao conhecimento científico e entendido como atividade inteiramente racional, tudo que estiver fora desse escopo, será concebido como anárquico, desordenado e irracional e visto, por extensão, como inferior, menor. Em outras palavras, Munz sugere que, até meados do século XX (e até hoje para alguns pesquisadores), o paradigma vigente valoriza a atividade racional, preconizada pela ciência, em detrimento da atividade irracional, reveladora do caos. Assim, em um paradigma legitimador do conhecimento científico como expressão da verdade, tal como sustentava, em parte, o positivismo, a retórica ocupava um espaço pequeno, visto que se opunha à atividade racional pelos motivos já elencados.

Além disso, acrescentamos, a partir de meados do século XX, a dinamização da esfera política, a aparição de novos meios de comunicação social, que abrem espaço para o debate das questões sociais, bem como o

rompimento com o modelo de língua nacional em razão do intenso intercâmbio cultural.

Esses fatores contribuíram para repensar a narrativa histórica à medida que enfatizaram o papel do autor e as circunstâncias históricas que o envolvem na produção discursiva. Em outras palavras, o enfoque da pesquisa histórica, antes predominantemente centrado no texto, passou a contemplar o autor e suas inclinações, tendo em vista as condições de produção do discurso em determinado momento histórico, a trajetória biográfica do autor, o papel que ocupa na sociedade, o público para quem se dirige, entre outros elementos. Tais aspectos da análise documental resultaram da contribuição das reflexões de diversas ciências sociais, entre elas, a filosofia da linguagem, a antropologia cultural, a sociologia, a linguística, tardiamente, a análise do discurso francesa, entre outras.

Enfim, tornou-se comum conceber o discurso histórico como produto do olhar de um indivíduo sobre a dinâmica social, ou seja, os documentos manifestam pontos de vista ou visões particulares sobre o passado o que não nos autoriza a generalizar as experiências humanas pretéritas.

No interior dessa perspectiva, dois pesquisadores impulsionaram a renovação dos estudos retóricos. Os pioneiros, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, notabilizaram-se pelas obras: *Retórica e filosofia* (1952), *Tratado da argumentação: a nova retórica* (1958); em seguida, o jurista belga Perelman publicou: *O império retórico: retórica e argumentação* (1977). Tais filósofos do Direito outorgaram às pesquisas retóricas uma conotação filosófica que tornou possível a sobreposição das análises estilísticas e estéticas, como era comum nas universidades, a práticas sociais racionais, ou seja, à encenação argumentativa, destinadas a regular os debates e os conflitos entre os homens (HOSTEIN, 2002, p.228).

Em outras palavras, tais análises passaram a abordar não só os aspectos teóricos da retórica inerentes ao texto, que dizem respeito à estrutura organizacional da argumentação; mas também aos aspectos práticos, segundo os quais a argumentação é concebida a partir das circunstâncias históricas e condições político-culturais de produção, características específicas do público para o qual o autor se dirige bem como o caráter polissêmico da linguagem verbal, fatores que apontam para o campo em que a prova demonstrativa, como fundamento da verdade, não se sustenta por si mesma. (LEMGRUBER, 1999, p.02)

Assim, a teoria perelmaniana da argumentação ou nova retórica, como eles a divulgavam, vai de encontro à base unívoca de signos convencionais, sustentada até então, que se dirigia a um auditório hipotético, em geral, influenciado pelas técnicas de persuasão empregadas. Os estudiosos nos auxiliaram a compreender os artifícios retóricos por intermédio da encenação discursiva, ou seja, a partir dos atores ou variáveis que se fazem presentes no momento em que discurso é proferido ou publicado, tais como perfil do público para o qual o discurso se dirige, comportamento dos atores envolvidos, suas reações, objetivos e finalidades da produção discursiva, entre outros fatores.

Nesse sentido, retirar o texto de seu contexto de uso leva-nos, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.576-81), a nos afastar do fim para o qual os artifícios retóricos foram

mobilizados. Ainda assim, a reconstituição do cenário que envolve o discurso se torna uma tarefa problemática, haja vista a limitação do pesquisador em recuperá-lo.

Com isso, os estudiosos demonstram que os recursos retóricos empregados são marcados pela ambiguidade e pela polissemia o que não nos conduz a uma visão reducionista do público. Para eles, fatores lógicos e psicológicos relacionados à encenação argumentativa, encaminham o auditório para a adoção de diferentes posicionamentos os quais fogem do controle do enunciador. Nesse sentido, a pertinência da argumentação deriva dos elementos que configuram o seu campo de aplicação. Trata-se, no limite, de uma tentativa de superar o nível textual da análise retórica e situar a argumentação em um contexto mais amplo, delineados pelos fatores mencionados acima (2005, p. 576-81)

Lemgruber (1999, p.04-05) observa que a razão argumentativa, proposta pelos filósofos do Direito, desvencilha-se do modelo matemático, concebido até então, pois a orientação argumentativa não mais recorre à evidencia da prova demonstrativa, que se impõe a todos; mas deixa em aberto decisões e adesões pelo jogo livre da interpretação, situação que nos deixa sempre diante da possibilidade de revisão das resoluções e interpretações.

Na esteira desse processo de releitura e renovação dos estudos retóricos, destacam-se duas correntes provenientes da Alemanha, mais precisamente da Universidade de Konstanz, no final da década de 1960, a saber: Estética da Recepção e Estética do Efeito. Ambas partem do pressuposto de que a obra literária, entendida em sua acepção geral, só existe quando motivada pelo leitor, no entanto elas se diferenciam quanto ao método: a primeira, idealizada por Hans Robert Jauss (1967), está ancorada na recepção histórica das obras, isto é, seu interesse reside na maneira como a obra é ou foi recebida em determinado momento histórico. Já a segunda, idealizada por Wolfgang Iser (1970), concebe a existência de um leitor implícito no processo de produção do discurso e ressalta as estruturas de efeito do texto, tais como alegorias, metáforas, comparações, alusões históricas, entre outras, cuja compreensão relaciona o autor ao leitor (TARRICONE, 2007, p. 86).

A relevância dos estudos de Jauss e Iser se dirige ao fato de que tais estudiosos não centraram suas análises no aspecto estético do texto, tal como era realizado em geral nas academias, locais onde, segundo Astor Antônio Diehl, predominavam o gozo das formas do esteticismo técnico e superficial o que redundava em um paraíso estético de alienação e escapismo. (2002, p.107). É possível, à luz das considerações desses teóricos, associar a análise retórica à esfera social, política e cultural e considerar o papel do leitor no processo de elaboração do discurso.

Com base nesse novo enfoque, linguistas, sociólogos, psicólogos, antropólogos e historiadores aproximam-se dos estudos retóricos e os veem como parte integrante das investigações sobre as práticas sociais. No final da década de 60, possivelmente com o fortalecimento da Pragmática - a partir dos trabalhos dos linguistas americanos William James, J. L Austin e H. P. Grice bem como dos linguistas franceses Oswald Ducrot e Émile Benveniste – novas propostas metodológicas encaminharam-se à compreensão da retórica como fenômeno social.

A proposta teórica de Anscrombre e Ducrot, em *A argumentação na língua* (1983), para Gómez (2005, p. 26), atua como exemplo da aplicação dessa tendência. Nesta obra, os linguistas elaboram uma teoria do sentido dos enunciados que não está limitada àquilo que o próprio enunciado diz diretamente. Assim, os estudiosos tentam analisar os enunciados por intermédio dos valores semânticos profundos que comportam, os quais nos remetem aindicadores de natureza pragmática. Essa abordagem os diferencia de Perelman e Olbrechts-Tyteca, porquanto novos instrumentos linguísticos são mobilizados para análise discursiva.

Tais indicadores simbolizam as bases culturais em que os enunciados se apoiam para se tornarem inteligíveis, dito de outra forma, eles são arquitetados no interior de um sistema linguístico que produz, a longo prazo, uma tradição de escrita alicerçada no paradigma cultural vigente. De maneira mais específica, esses indicadores são denominados por ambos os autores de *topoì* retóricos.

Os *topoì* se tornam inteligíveis à proporção que fazem referência a práticas discursivas e culturais, compartilhadas tanto pelo autor quanto pelo destinatário em determinado momento histórico. Uma proposta de análise documental que tem se fortalecido nas discussões acadêmicas no Brasil se reportam à análise do *ethos* político a partir da análise de *topoì* retóricos que sinalizam a presença do autor no discurso. No que diz respeito a investigações que se reportam à análise do *ethos* político em documentos históricos, salientamos a tese de doutorado da Profa. Dra. Elaine Sartorelli, intitulado *Estratégias de Construção e de Legitimação do Ethos na Causa Veritatis: Miguel Servet e as Polêmicas Religiosas do Século XVI*.

Entendemos por *ethos* a imagem do enunciador construída no discurso e projetada por ele, a qual é suscetível de persuadir o público-leitor pela possível identificação deste à pessoa do enunciador. Para mapeá-lo, nos documentos históricos, faz-se necessário evidenciar, por exemplo, as recorrências temáticas, figurativas, de nível de linguagem e de recursos argumentativos que permeiam tais escritos.

Assim, orientados pelo linguista francês Patrick Charaudeau, o político pode ser visto como um personagem histórico que se encontra em um cenário, constituído de diferentes grupos sociais que almejam cargos públicos. Para emergir como figura proeminente neste contexto conflituoso, o político cria para si uma figura ou representação que vale como imagem de si, e que faz com que a construção do *ethos* tenha características próprias, posto que, para o estudioso, o *ethos* está relacionado ao exercício da palavra e não ao indivíduo apreendido fora do âmbito discursivo. Em outras palavras, o *ethos* versa sobre o sujeito da enunciação porquanto é ele que enuncia e que está em jogo no momento da escrita. (CHARAUDEAU, 2008, p.85)

Em concordância com Charaudeau (2008), Ruth Amossy adverte,

> (...) é importante não confundir as instâncias internas do discurso, que são ficções discursivas, com o ser empírico que se situa fora da linguagem. A pragmático-semântica abandona o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, mas o faz colocando radicalmente em xeque sua unicidade. (...) Analisar o locutor L no discurso consiste não

> em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala. O *ethos* está ligado ao locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável. (AMOUSSY, 2008, p.15)

Com base no fragmento, destacamos a diferença entre o autor como cidadão real, fora do discurso, impossível de ser apreendido pelo discurso, e o autor como responsável pelos discursos políticos e pela projeção de uma imagem de si, passível de ser estudada em virtude dos artifícios retóricos que ele emprega. Além disso, no momento em que Amoussy salienta que o sujeito-enunciador apoia-se em recursos retóricos para tornar sua enunciação aceitável ou recusável, a estudiosa se reporta ao aspecto pragmático das estratégias retóricas adotadas, segundo o qual o *ethos* está subordinado às condições de produção do discurso. Trata-se de uma tentativa de integrar imagem discursiva e *status* institucional em um esquema de análise único. (AMOUSSY, 2008, p.142)

Paralelamente à vertente pragmática, os estudos provenientes da análise de discurso francesa, que afiguram uma nova concepção de linguagem e discurso, sob a liderança dos filósofos franceses Michel Foucault, Jacques Derrida e Patrick Charaudeau, sustentam, guardadas as devidas proporções, que toda realidade social, no âmbito da narrativa histórica, é marcada por jogos de linguagem, isto é, o documento histórico obedece a leis de composição e de gêneros textuais que não são distintos das orientações da retórica.

Os referidos filósofos, tal como nós, sublinham que a narrativa histórica não pode ser neutra, além disso, pode ser considerada, ao menos em parte, como integrante dos gêneros literário ou retórico, especialmente, quando nos atentamos ao seu modo de exposição, tal como também defende Hayden White (PERNOT, 2002, p.285). Assim, no curso das duas últimas décadas, tornou-se essencial considerar que a escrita da História passa necessariamente por procedimentos retóricos. A retórica, vista sob o prisma das ciências da linguagem, converte-se em uma vantajosa ferramenta de análise documental à disposição do historiador.

Tendo em vista o percurso delineado acima, asseveramos que a retórica compõe-se de uma teoria e uma prática do discurso, disseminadas pelo ensino. Nesse sentido, ela constitui um código, variável de acordo com o momento histórico e o lugar de produção. Analisar esse código torna-se um meio para compreender aspectos discursivos do passado a partir do presente, tendo em vista as relações de poder subjacentes aos membros envolvidos na ação comunicativa. Dessa forma, a retórica nos oferece uma referência que não se limita à compreensão das produções oratórias, mas que nos possibilita o acesso a estratégias políticas e a práticas sociais.

Referências

AMOUSSY, R. (org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARMIM, H von. **Leben und Werke des Dio von Prusa**. Berlin: Berlin Verlag, 1898.

BALDWIN, C. S. **Ancient Rhetoric and Poetic**: interpreted from representative works. New York, 1924.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CICHOCKA, H. The study of byzantine rhetoric in central and eastern Europe: selected problems. **Rhetorica**: a journal of the History of Rhetoric. v.11, n.1, 1993, p. 43-50.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

GÓMEZ, A. C. Avatares históricos de la retórica, **Aposta**: revista de ciências sociales, n.19, p. 1-38, 2005.

HOSTEIN, A. Histoire et rhétorique. Rappels historio graphiques ET état dês lieux. **Hypothèses**, n.1, p. 219-234, 2002.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA,L.**Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins, 2005.

MICHESTAEDTER, C. **La persuasione e la retorica**. Roma: Gênes, 1913.

MUNZ, P. The rhetoric of rhetoric. **Journal of the History of Ideas**, v. 51, n.01, 1990, p.121-142.

NORDEN, E. **Die antike Kunstprosa vom VI Jahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance**. Leipzig: Leipzig Verlag, 1898.

SARTORELLI, E. Estratégias de construção e de legitimação do *ethos* na *Causa Veritatis:* Miguel Servet e as polêmicas religiosas do século XVI. **Tese** (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas/USP, 2005.

TARRICONE, J. Hermenêutica e crítica: o pensamento e a obra de Benedito Nunes. **Tese** (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – FFLCH/UNICAMP, 2007.